

JORNALISMO E INTERDISCURSO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS LOCAIS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO RS

JOURNALISM AND INTERDISCOURSE: PRODUCTION OF LOCAL SENSES ABOUT INDIGENOUS PEOPLE IN RS

Edyson Waghetti Sebastiany (UFSM)¹
Marluza da Rosa (UFSM)²

Resumo: Nesta pesquisa, apresentamos uma análise, na perspectiva discursiva, sobre o modo como os jornais locais, do interior do Rio Grande do Sul, noticiam acontecimentos relacionados aos povos indígenas. Em decorrência da crise humanitária dos povos Yanomami, amplamente divulgada pela imprensa nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, entendemos ser necessário olhar para a maneira pela qual a imprensa local contribui para o processo de produção e circulação de discursos acerca dos povos Kaingangs, tendo em vista que é por meio dela que as pequenas comunidades suprem suas necessidades de informação sobre suas regiões. Para isso, recortamos duas notícias de dois portais jornalísticos próximos à Terra Indígena do Guarita e, com base na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, objetivamos compreender de que forma os dizeres dos jornais locais são atravessados, ou constituídos, pelo interdiscurso na produção de sentidos sobre esses povos. A análise realizada permitiu observar que o discurso jornalístico local é atravessado por pré-construídos colonialistas, que generalizam e silenciam a pluralidade dos povos indígenas (no caso específico deste estudo, os Kaingangs), por meio da reprodução de sentidos dominantes no interdiscurso.

Palavras-chave: Discurso, Imprensa, Memória, Kaingang, Povos indígenas

Abstract: In this research, we present an analysis, from a discursive perspective, on how local newspapers, from the interior of Rio Grande do Sul, report events related to indigenous peoples. As a result of the humanitarian crisis of the Yanomami peoples, widely publicized by the press in January and February 2023, we believe it is necessary to look at the way in which the local press contributes to the process of production and circulation of discourses about the Kaingang peoples, having given that it is through it that small communities meet their information needs about their regions. For this, we cut two news from two journalistic portals close to the Guarita Indigenous Land and, based on the theoretical-methodological perspective of Discourse Analysis, we aimed to understand how the sayings of local newspapers are crossed, or constituted, by the interdiscourse in the production of meanings about these peoples. The analysis carried out allowed us to observe that the local journalistic discourse is crossed by pre-constructed colonialists, who generalize and silence the plurality of indigenous peoples (in the specific case of this study, the Kaingangs), through the reproduction of dominant meanings in the interdiscourse.

Keywords: Discourse, Press, Memory, Kaingang, Indigenous people

¹ Graduando em Jornalismo Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen. Contato: edyson.sebastiany@acad.ufsm.br

² Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e professora no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen. Contato: marluza.rosa@ufsm.br

Movimentações iniciais

Desde o Século XV, com a chegada dos europeus ao continente americano e, conseqüentemente, com as invasões de territórios, explorações das forças de trabalho e dos conflitos a favor da dominação colonial, muitos foram, e ainda são, os sentidos produzidos sobre os sujeitos que já habitavam este continente. Atualmente, no Rio Grande do Sul, vivem aproximadamente 33 mil indígenas, segundo censo realizado pelo IBGE em 2010, pertencentes às etnias Guarani, Kaingang e Charrua e concentrados principalmente na região norte do estado.

Em decorrência das diversas disputas ao longo dos séculos, tais como a que perdura ainda hoje pela posse das terras, os povos indígenas do Rio Grande do Sul encontram-se em condições de vulnerabilidade social e econômica, além de possuírem baixa representatividade política (MAESTRI, 2021). Em meio à complexidade e às contradições históricas que marcam o passar do tempo, ganha destaque, no cenário político, o embate entre, a bancada ruralista/agricultora, que utiliza legislações estratégicas para exigir demarcações de propriedades, e a diversidade de povos indígenas, que buscam assegurar suas próprias existências e competir dentro das instituições regulamentadoras calcadas em preceitos colonizadores.

No Brasil, diversas ideias pré-construídas, no que diz respeito aos povos indígenas, são frequentemente repetidas no discurso sobre esses sujeitos. Esse discurso e o imaginário que ele sustenta influenciam não só na maneira como esses povos são percebidos, mas também nos novos sentidos que serão produzidos, dado que “todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 2000, p. 36). Dessa forma, para compreendermos melhor esse *discurso sobre*, é importante analisar os sentidos em circulação, examinando a materialidade discursiva das notícias veiculadas pela imprensa.

Em meados de 2020, as imprensas brasileira e internacional trouxeram à tona denúncias de que garimpeiros invadiam terras indígenas Yanomami, na Amazônia brasileira, aumentando a disseminação de doenças e a violência no território desses povos. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, a chamada crise humanitária dos povos Yanomami ganhou destaque, quando o Ministério da Saúde registrou 42 mortes nos dois primeiros meses do ano (FOLHA DE S.PAULO, 2023). A situação sanitária obrigou o governo a decretar emergência de saúde pública, e diversas ações espalharam-se em todo o território nacional, chegando até o interior do Rio Grande do Sul.

Pela ampla divulgação que esse caso recebeu, propomos olhar para o que a imprensa local, do interior do Rio Grande do Sul, produziu como discurso acerca dos povos indígenas Kaingangs no mesmo período em que a crise Yanomami estava sendo veiculada. Para isso, foi realizada uma busca em portais on-line e foram recortadas duas notícias do mês de fevereiro de 2023, de dois portais jornalísticos situados próximos à Terra Indígena do Guarita, uma área de proteção e preservação localizada no norte do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Médio Alto Uruguai. A reserva começou seu processo de demarcação por volta de 1850, com o objetivo de garantir a proteção ambiental e a preservação da cultura e dos direitos dos Kaingangs, que são um dos povos indígenas mais numerosos do estado. A região é rica em recursos naturais e abriga importantes sítios arqueológicos, além de ser uma importante fonte de subsistência para a comunidade.

Assim sendo, consideramos que é por meio da imprensa local que as pequenas comunidades suprem suas necessidades de informação. Não se trata de conteúdos estaduais, nacionais ou internacionais, porque estes são fornecidos pelos grandes conglomerados de comunicação, mas de conhecimento sobre a própria região. Sendo assim, explorar a imprensa local é também analisar a própria comunidade, visto que várias vozes, que a constituem, atravessam a produção do discurso.

Portanto, partindo do interesse de interpretar quais são os sentidos possíveis acerca dos povos Kaingangs, buscamos compreender de que forma os dizeres dos jornais locais (ou seja, o intradiscurso) são atravessados ou constituídos pela memória discursiva (ou seja, pelo interdiscurso) na produção de sentidos sobre os povos indígenas. Assim, para irmos ao encontro desse objetivo geral, propomos dois objetivos específicos, quais sejam: relacionar o papel do interdiscurso com a visibilidade midiática e problematizar a formulação de notícias dos portais jornalísticos locais, próximos à Terra Indígena do Guarita, no mês fevereiro de 2023.

Para esse propósito, contribuem as noções de paráfrase, polissemia e metáfora, tais como abordadas por Orlandi (2000), bem como a de sequência discursiva, conforme o estudo de Fernandes (2008). As referidas noções compõem o dispositivo metodológico-analítico da pesquisa e serão apresentadas na próxima seção, juntamente com a constituição do *corpus* de análise. Na seção seguinte, construímos o dispositivo teórico-analítico, tomando como norte as noções de interdiscurso (ORLANDI, 2000), de visibilidade midiática (AUBERT; HAROCHE, 2013) e de instituição discursiva (MARIANI, 2015), a fim de compreender o efeito de objetividade produzido pelas técnicas jornalísticas. Na mesma seção, serão tecidos alguns gestos de interpretação sobre o *corpus* selecionado. A análise realizada permitiu observar que o discurso jornalístico local é atravessado por pré-construídos colonialistas, que generalizam e silenciam a pluralidade dos povos indígenas (no caso específico deste estudo, os Kaingangs), por meio da reprodução de sentidos dominantes no interdiscurso.

1 Observando o efeito metafórico: paráfrase e polissemia como balizadoras da análise

Nesta seção, refletimos sobre os procedimentos que o analista deve adotar, considerando que a metodologia, em Análise de Discurso (doravante AD), não é uma “receita pronta” que poderia ser aplicada de forma mecânica, mas um processo de investigação de discursos em suas diferentes condições de produção em constante construção e adaptação.

De acordo com Orlandi (2000, p. 59), a AD “não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica”. Isso ocorre porque o objeto de análise é o próprio discurso, que é “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2000, p. 21). Portanto, o objetivo desta pesquisa não é remover uma máscara para revelarmos o que estaria por trás dela, visto que encontraríamos apenas a existência material, a possibilidade de ser alguma outra coisa, já que, para a AD, os sentidos sempre podem vir a ser outros. O que estamos propondo é nos equiparmos com uma lente que possibilite visualizar possíveis sentidos e, principalmente, processos de produção de sentidos.

Para isso, construímos a teoria em conjunto com a análise, pois nem o analista está fora das suas próprias condições de existência e de suas ilusões interpretativas. Como escreve Orlandi (2000, p. 61), “Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação”. Nesse sentido, a teoria colabora na movimentação do analista, não o levando para fora das suas próprias ilusões, mas de forma a inseri-las como parte da interpretação, sem procurar eliminar os efeitos de evidência, mas atravessando-os.

Nosso ponto de partida da análise acontece na seleção do *corpus*, ou seja, quando escolhemos os materiais que examinaremos com a nossa lente. Para delimitar a análise, optamos pelos portais jornalísticos locais on-line, comumente associados às rádios municipais, que possuem mecanismos de busca nos próprios sites. Nestes, foram utilizados como palavras-chave os termos “indígenas”, “índio”, “kaingang” e “yanomami”, com um critério de refinamento para janeiro e fevereiro de 2023. A partir do resultado dessa busca, definimos como objeto de análise dois recortes: o primeiro, retirado do portal Grupo Chiru Comunicações, localizado na cidade de Palmitinho, RS, distante aproximadamente quatro quilômetros da divisa com a Terra Indígena do

Guarita; o segundo, extraído do jornal RD Foco, localizado na cidade de Redentora, aproximadamente a oito quilômetros da mesma terra.

Nas buscas realizadas no site/jornal RD Foco, existente desde 2017 e cujo nome pode indicar que o principal foco de atenção é a cidade de Redentora-RS, encontramos aproximadamente 2.160 notícias publicadas no período estipulado. Dentre as notícias, cinco estão relacionadas com o termo “indígena”, duas com “yanomami” e nenhum resultado foi encontrado quando pesquisados os termos “kaingang” ou “índio”. Apesar disso, a escolha jornalística por se referir à “TI Guarita”, como podemos observar na Figura 1, a seguir, permite compreendermos que a notícia versa sobre os povos Kaingangs, como problematizaremos posteriormente, com base nas noções de visibilidade e silenciamento. Dentre as notícias encontradas, escolhemos a seguinte (Figura 1), tendo em vista que, em comparação com as outras, esta era a que mais tinha características de uma produção do jornalismo local, ou seja, que não reproduzia informações de portais maiores.

Figura 1 – Captura de tela da notícia recortada do site/jornal RD Foco.

Diante do cenário alarmante, uma força-tarefa envolvendo Estado, União e municípios está organizando mais atendimentos. Na próxima semana, serão oferecidas consultas a gestantes indígenas para o acompanhamento de pré-natal no Hospital Santo Antônio, em Tenente Portela.

A presidente da instituição, Mirna Braucks, diz que percebe a falta de médicos na saúde básica na reserva há pelo menos dois anos e garante que as grávidas que buscam atendimento no hospital conseguem ter acompanhamento.

– O problema são os postos de saúde desassistidos. As que vêm aqui têm acompanhamento, mas há casos em que elas chegam sem ter pré-natal – salienta.

Segundo Mirna, são 89 gestantes indígenas que serão atendidas pela força-tarefa, sendo que 30 já eram pacientes da instituição. A partir de um contrato emergencial entre a SES e o hospital, todas passarão por uma avaliação, com a realização de exames, ultrassom e estratificação de risco. Os exames laboratoriais serão custeados pelo município. Já o deslocamento das gestantes ao hospital será garantido pela Sesai e pela prefeitura.

Além disso, crianças menores de dois anos previamente avaliadas pela equipe de saúde do território receberão atendimento emergencial. As ações emergenciais terão duração de 60 dias e receberão monitoramento constante, com reavaliação após esse período.

A diretora-adjunta do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde do Estado, Marilise Fraga de Souza, explica que o Rio Grande do Sul repassa R\$ 15 mil para que cada um dos municípios destine para políticas públicas de saúde da comunidade indígena, conforme um plano estabelecido.

– Esse recurso não estava sendo utilizado, então fomos até lá para ver o que estava acontecendo e nos próximos dias isso será readequado – garante.

Qualidade da água também é um problema

Outra medida que exigiu providências emergenciais envolve a qualidade da água da Reserva do Guarita. O cacique Joel conta que foram encontradas garrafas de agrotóxicos que eram utilizadas pelos moradores para armazenamento de água.

– A água é de péssima qualidade. O pessoal puxava em garrafa de veneno – aponta.

O cacique diz que o município e o Estado estão auxiliando a reverter a situação, adquirindo caixas d'água e com apoio de caminhões-pipa. A diretora-adjunta do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde do Estado, Marilise Fraga de Souza, também frisa que foram doados galões de água, que poderão ser usados para armazenamento após o uso. Ela ainda esclarece que a estiagem enfrentada pelo Estado afetou os rios e poços artesianos da região, comprometendo a população da reserva.

Na última sexta-feira (3), a Secretaria Estadual da Saúde (SES), por meio de 15ª Coordenadoria Regional, entregou dois mil frascos de hipoclorito de sódio (insumo utilizado para purificar a água retirada dos rios) e 300 litros de água.

Fonte: Jornalismo RD Foco, 2023 (captura de tela dos autores)

Já o Grupo Chiru existe no município de Palmitinho desde 1990. A expressão chiru ou xiru surge no sul do Brasil a partir da junção de duas palavras guaranis, che e iru, cujos significados são "eu" ou "meu" e "companheiro" ou "amigo", respectivamente. Assim, o nome do veículo de comunicação poderia significar “o grupo do meu amigo” ou “o grupo do meu companheiro”. Outra interpretação dada ao termo é a de uma pessoa experiente ou mais velha, associada a "che-

rú" para "pai velho". O uso dessa palavra para nomear a agência de jornalismo pode ser interpretado tanto como uma tentativa de estabelecê-la como respeitável, em uma comunidade onde o machismo ainda é presente, quanto como uma apropriação linguística. No período definido para a busca, o grupo publicou 384 notícias em seu portal on-line, das quais três estão relacionadas com a palavra-chave “indígena”, duas com “yanomami” e nenhum resultado foi encontrado quando pesquisados os termos “kaingang” ou “índio”. Assim como na notícia da Figura 1, optamos por selecionar a seguinte notícia (Figura 2) devido ao fato de que, em relação às demais, essa apresentava as características mais marcantes de uma produção jornalística local, ou seja, não se limitava a replicar informações de fontes mais amplas.

Figura 2 – Captura de tela da notícia recortada do Portal Grupo Chiru.

GERAL

Publicado em 18/02/2023 às 08:47

Redentora pede ao Estado a criação de ambulatório especializado em Saúde Indígena

A secretária da Saúde, Arita Bergmann, recebeu o prefeito de Redentora, Denilson Silva, e o cacique da Terra Indígena do Guarita, Joel Ribeiro de Freitas.

Em reunião na Secretaria Estadual de Saúde (SES), nesta sexta-feira (17), a secretária da Saúde, Arita Bergmann, recebeu o prefeito de Redentora, Denilson Silva, e o cacique da Terra Indígena do Guarita, Joel Ribeiro de Freitas.

Eles entregaram ofícios solicitando a criação e a habilitação de ambulatório especializado em saúde indígena no Hospital Santo Antônio, de Tenente Portela. Na reunião, Arita, acompanhada do secretário Mateus Wesp (Justiça, Cidadania e Direitos Humanos) e do secretário adjunto Gustavo Segabinazzi Saldanha (Assistência Social), também tratou das ações emergenciais desenvolvidas pelo Governo do Rio Grande do Sul na área do Guarita.

O pedido de um ambulatório em Saúde Indígena também foi reforçado por documentos da Prefeitura de Tenente Portela e do próprio Hospital Santo Antônio, a partir de recursos do Programa Assistir, incentivo financeiro estadual destinado ao fomento de ações e serviços de saúde nos hospitais contratualizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A demanda será avaliada pelo Departamento de Gestão Especializada (Dgae) e pelo Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde (Dapps) da SES. No Rio Grande do Sul, já existe uma unidade especializada em saúde indígena na Universidade Federal da Fronteira (UFFS), criado a partir de parceria entre o curso de medicina da UFFS e o Hospital São Vicente de Paulo, de Passo Fundo.

“Estamos recebendo esses ofícios, sabendo que é uma novidade para a gestão estadual e que há critérios técnicos a serem observados e avaliados, porém respeitando a cultura e construindo junto com as lideranças indígenas e com gestores locais”, frisou a secretária Arita Bergmann.

Arita também destacou a atuação do Hospital Santo Antônio, que, a partir de aditivo de contrato com o Estado, está atendendo emergencialmente gestantes indígenas e crianças até dois anos de idade. São 89 gestantes e 130 crianças realizando consultas emergenciais no Hospital, enquanto a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, busca a contratação de equipes de saúde para o atendimento regular das comunidades.

Fonte: Grupo Chiru Comunicações, 2023 (captura de tela dos autores)

Para a análise do *corpus*, foram feitos recortes de Sequências Discursivas extraídas dessas duas notícias. Segundo Fernandes (2008, p. 61), podemos entender por Sequência Discursiva

(doravante SD) a “seleção de fragmentos do corpus para análise; ou seja, quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes, escolhidas por relações semânticas, tendo em vista os objetivos do estudo”. Então, com as notícias apresentadas, analisaremos, na próxima seção, as SD que permitirão observar e problematizar a formulação do discurso jornalístico sobre os Kaingangs.

Uma vez que o arquivo e o *corpus* são constituídos, norteados pelas questões referentes à pesquisa, podemos proceder à análise. Para Orlandi (2000), a análise começa no processo de des-superficialização do *corpus*, que consiste, segundo a autora, “na análise do que chamamos materialidade lingüística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação” (ORLANDI, 2000, p. 65). Nesse momento, reunimos os aspectos referentes ao problema em questão, buscando entender que lugar esses discursos ocupam na história e no social.

Após esse primeiro movimento, em que observamos o funcionamento das formações discursivas que determinam o discurso sobre os povos Kaingangs, na imprensa local, podemos começar a constituir um objeto discursivo. É para esse objeto que lançamos um olhar analítico com o intuito de perceber, primeiramente, o esquecimento número dois, referente à enunciação, que dá a sensação de que aquilo que é dito só poderia sê-lo daquela maneira. Para esse momento, faz-se necessário o trabalho com a paráfrase e com a polissemia, relacionando dizeres com outras possibilidades de dizer.

Por meio do olhar lançado sobre o objeto, percebemos quais forças determinam o que pode ser dito e o que não pode, ou seja, quais as relações de poder existentes no momento sócio-histórico apresentado. Segundo Orlandi (2000, p. 78), “ao longo de todo o procedimento analítico, ao lado do mecanismo parafrástico, cabe ao analista observar o que chamamos de efeitos metafóricos”. A partir da leitura de Pêcheux (1988, p. 161, grifos do autor), consideramos efeito metafórico a capacidade que “palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’”. Assim, por meio da paráfrase, analisamos esses deslizamentos de sentido, aquilo que muda o sentido dos enunciados segundo as posições ocupadas pelos sujeitos, ou seja, as formações discursivas que nos possibilitam relacionar, ou não, Kaingang com Indígena.

Por fim, se objetivamos compreender os sentidos produzidos pelos veículos de comunicação, no interior do Rio Grande do Sul, acerca dos povos Kaingangs, precisamos relacionar o objeto discursivo com as formações ideológicas dessas imprensas locais. Nesse momento da análise, juntam-se os pontos constitutivos que fazem um discurso significar, face a outros discursos. Orlandi (2000, p. 81) defende que, “é nesse lugar, em que a língua e a história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizamentos de sentidos como efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação”. Sendo assim, nos gestos de interpretação podemos compreender alguns dos possíveis efeitos de sentido relacionados às notícias escolhidas, sobretudo quando envolvemos o pré-construído e as formações ideológicas. Sendo que pré-construído pode ser definido como o “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob forma da universalidade [...], de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 164, grifos do autor). As formações ideológicas podem ser compreendidas como aquilo que determina os sentidos das palavras frente às “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual [...] são produzidas”(PÊCHEUX, 1988, p.190).

Uma vez apresentados brevemente o *corpus* e a forma como o abordaremos na análise, discutiremos, na seção seguinte, o modo como o jornalismo – enquanto instituição social estabelecida por meio de normas e técnicas, que visa a atender a uma necessidade de dada sociedade – trabalha na produção de sentidos sobre os povos Kaingangs.

2 Visibilidade, interdiscurso e sua relação com o *corpus*

Para iniciarmos esta seção, remontamos ao primeiro objetivo específico deste estudo, o qual se volta à visibilidade midiática e sua relação com o interdiscurso.

Como sabemos, durante a produção de um discurso estão presentes diversos discursos outros, entrecruzados; diferentes vozes atravessando o processo de formulação e circulação, oriundas dos mais variados lugares sociais e momentos históricos. Disso, Orlandi (2000, p. 32) ressalta que “há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação”. Dessa forma, na formulação do discurso, o interdiscurso pode ser entendido como a presença de todos os sentidos constituídos acerca de índio, kaingang, nativo, silvestre, já manifestados, que repousam, aguardando o funcionamento ideológico, que produzirá evidências, por exemplo, de que um indígena só poderia ser nomeado dessa maneira. Então, segundo Orlandi (2000), para que determinado discurso faça sentido entre locutores, é preciso que antes seu sentido já tenha sido empregado, em outro lugar, independentemente dos sujeitos. Esse é o conceito de interdiscurso, também chamado de memória discursiva, que potencializa dizeres, tornando possíveis outros dizeres e sentidos.

Consideramos que é porque o sujeito consegue produzir e interpretar sentidos que ele compreende o seu lugar no laço social, desenvolvendo suas razões para agir, como forma de tornar-se visível no espaço público, para que, então, possa se inserir na memória discursiva. Nesse sentido, podemos afirmar que “a injunção da visibilidade na era contemporânea constitui, assim, tanto uma condição para existir socialmente [...] quanto uma violência exercida contra cada um” (AUBERT; HAROCHE, 2013, p. 29), pois, precisamos ser reconhecidos para nos percebermos como pertencentes ao mundo. A relação entre eu e o outro, dessa forma, não é simétrica, pois estamos falando de posições e formações discursivas diferentes, como quando se diferenciam indígenas de brasileiros, por exemplo, atribuindo-se lugares específicos para uns e outros. Com base nessas considerações, o jornalismo enquanto prática social se insere na disputa pelas formas dominantes das produções de sentido, ou seja, na busca pela predominância do sentido de uma determinada posição ideológica e, conseqüentemente, pelo silenciamento de outros sentidos.

Logo, no que tange à formulação das notícias, segundo objetivo desta pesquisa, há que se considerar o funcionamento da noção de visibilidade relacionada ao discurso jornalístico, mais precisamente aos portais locais. Para o jornalismo, a visibilidade é um elemento central, uma vez que está diretamente relacionada com seu modelo de negócios. A seleção e a apresentação de determinados eventos, temas e pessoas dependem de sua relevância para a audiência e para a manutenção do mercado jornalístico (TRAQUINA, 2005). Sendo assim, nesta pesquisa, entendemos que o jornalismo é um dos principais produtores de visibilidade na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que é moldado pelas estruturas e dinâmicas do campo midiático em que atua, como as fórmulas, os códigos e as normas convencionadas. Daí decorre o que Mariani (2015) aponta como o caráter institucionalizante da imprensa na construção do jornalismo como forma de conhecimento.

Enquanto articulador e participante do espaço público, o jornalismo, segundo a autora, “tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias” (MARIANI, 1996, p. 62). Assim, dada a sua relação com o espaço público, o jornalismo, enquanto instituição jornalística, faz uma ponte também com a memória discursiva.

Quando apontamos para o caráter institucional do jornalismo, tangenciamos um processo ideológico amplo de construção de práticas discursivas e não-discursivas, que, por meio de efeitos de evidência, torna invisível o procedimento de interpelação ideológica e legítima determinadas práticas ou condutas sociais. No caso do discurso jornalístico, sua capacidade para a informação é

o norte das normas e técnicas de redação. Segundo Mariani (2015), a ênfase no poder dizer, no relato mais ou menos fidedigno dos fatos, de forma supostamente objetiva, neutra e universal, concede ao sujeito jornalista a sensação de onipotência com a linguagem. Informar e opinar, desse ponto de vista, resultariam da capacidade (ou do interesse) do redator em manipular a linguagem.

Com relação a essa manipulação, numa perspectiva discursiva, tal como a mobilizada por Mariani (2015), aproximamo-nos da ideia de que um sujeito, interpelado na posição jornalista, inscreve-se em determinadas formações discursivas que o conduzem a produzir determinados efeitos de sentido. Assim, a escolha das palavras, enquanto parte da formulação do discurso, nas condições de produção de uma notícia, por exemplo, é delimitada pelas formações discursivas nas quais este se constitui. Nesse sentido, o jornalismo desempenha um papel crucial na produção e na circulação de discursos que podem intervir na percepção do público em relação a questões políticas, sociais e culturais. Nas notícias apresentadas, buscamos entender quais são os possíveis efeitos de sentido produzidos ao se tratar dos Kaingangs, principalmente em relação a uma identidade que lhes é imposta.

A partir da leitura de Traquina (2005, p. 139), sabemos que uma das normas convencionadas para o fazer jornalístico é a objetividade, tida como “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”. Numa perspectiva discursiva, entendemos a objetividade como atrelada a possíveis normas, técnicas e modos de dizer que a produzem enquanto efeito de sentido; logo, efeito de objetividade que sustenta a prática de produção textual jornalística, ou seja, sua formulação. Desse modo, mesmo quando, por exemplo, o jornalismo utiliza recortes de entrevistas como forma de fornecer evidências de que as opiniões/informações não são do jornal em si, estamos tratando de um discurso jornalístico. Mariani (2015, p. 59) também se refere a essa situação quando os jornais protestam por sua inocência, “alegando ter dado uma determinada notícia porque estão ligados com a ‘verdade’”. Dessa forma, percebemos a objetividade da informação como um norte das normas e técnicas de produção discursiva, e mesmo se recortarmos trechos de notícias cujas fontes sejam os entrevistados, ainda trataremos de uma formação discursiva jornalística.

Atualmente existem percepções do quanto os valores-notícia são predominantemente marcados por formações ideológicas dominantes. Os valores-notícia são critérios que influenciam a seleção e o destaque de fatos como produtos noticiosos. Acerca desses valores, Moraes (2021, p. 134) afirma que estes vêm limitando a condição dos jornalistas de refletir e agir sobre suas próprias práticas. “Isso se dá pelo fato de tais práticas serem observadas a partir do uso ‘correto’ de uma deontologia cujos pressupostos prescindem dos sujeitos e das subjetividades nas atividades desempenhadas” (MORAES, 2021, p. 134). De tal maneira, a suposta aplicação de uma neutralidade, dentre as técnicas jornalísticas, historicamente, contribui para a reprodução irrefletida dos valores hegemônicos nas produções veiculadas.

Em outras palavras, a instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura, juridicamente, a fronteira entre o que pode e deve ser dito. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos (MARIANI, 2015, p. 59).

Desse modo, podemos nos perguntar: de que forma a visibilidade proporcionada pelo jornalismo está servindo aos Kaingangs, moradores da reserva do Guarita? Para compreendermos os sentidos produzidos a partir das notícias apresentadas, precisamos pensar também sobre a noção de silenciamento, movimento de colocar em silêncio, pois, se queremos dizer alguma coisa, ou de

alguma forma, precisamos silenciar/esquecer outra coisa ou outra forma de dizê-la (ORLANDI, 2007). Diante disso, ao deixar de nomear os Kaingangs, ou seja, aquilo que fica à margem do que está sendo dito, a imprensa local colabora na produção de sentidos sobre essa comunidade.

No caso das duas notícias, então, a escolha pelo termo indígena para ser utilizado nos títulos pode remeter à formação discursiva de uma imprensa que visa às grandes audiências e, conseqüentemente, aos lucros que elas podem trazer. Ao utilizar a nomenclatura mais genérica possível, o que entendemos como um dos rituais institucionais do jornalismo, permite-se uma maior identificação simbólica, aquilo que todo mundo deve saber. Aliando isso a uma época de alta demanda de interesse público, dá-se mais importância ao sentido de que os indivíduos são indígenas, indistintamente, não ao de que são, singularmente, sujeitos Kaingangs. O procedimento de generalização, em “indígenas”, pode ser entendido como um gesto de os jornais tentarem alavancar as suas próprias visibilidades, principalmente se levarmos em conta mecanismos de busca como o Google ou até mesmo as redes sociais digitais, que priorizam o uso de palavras-chave para acelerar a entrega de resultados. Ou seja, trata-se de um gesto de visibilizar o jornal, enquanto os Kaingangs permanecem no âmbito do silenciamento e da invisibilidade.

Cabe-nos perguntar, então, qual é a relação entre essa nomeação e o interdiscurso? Podemos pontuar, primeiramente, a reafirmação, na memória social/discursiva, de que todos os indígenas são iguais, abstraindo-se as diferenças culturais e étnicas, trabalhando-se o conceito de indígena genérico, descrito por Freire (2009, p. 4) como um “bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua”, um equívoco que silencia as diferenças. Dessa forma, reside no interdiscurso o pré-construído de que os povos indígenas são todos iguais, pois, mesmo se tratando de um grupo étnico tão próximo geograficamente dos jornais, estes não mencionam o nome Kaingang nas notícias analisadas. Percebemos, ao atentarmos para a notícia apresentada previamente na Figura 1, que, em vez da referência aos povos Kaingangs, é feita menção ao espaço, ao vínculo à terra, que estes ocupam: TI Guarita, em que TI remete à Terra Indígena, Reserva Indígena do Guarita e Reserva do Guarita.

Observemos a SD(1):

Conforme a Secretaria Estadual de Saúde (SES), as equipes das unidades básicas que ficam dentro da reserva são de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), do governo federal (Figura 1, 2023).

A partir da qual podemos fazer nosso primeiro gesto parafrástico, reescrevendo-a como (1.a):

Conforme governo do estado, as equipes das unidades básicas de atendimento aos indígenas são de responsabilidade de uma secretaria especial para atender indígenas, que faz parte do SUS, mas que não é exatamente o SUS.

Diante da paráfrase 1a, parece haver uma dissociação entre o atendimento médico que um indígena pode/deve receber e o atendimento médico de outro sujeito, dito brasileiro. Essa diferenciação nos remete às variadas posições de sujeito que funcionam entre indígena e brasileiro. Ao dizer dessa forma e não de outras, produz-se o sentido de um outro que está habitando o mesmo espaço, silenciando a possibilidade de um indígena existir em outro espaço. Segundo Zanotto e Stübe (2022), essa é uma regularidade encontrada também em diversos dicionários. As autoras apontam para o silenciamento de possíveis sentidos sobre indígenas urbanos, “só podendo ser considerado indígena aquele que se mantém no local onde nasceu e/ou que seus ancestrais viveram” (ZANOTTO; STÜBE, 2022, p. 11). Soares e Zattar (2022) também já apontavam para o funcionamento enunciativo da designação “índio” na Lei 6.001 de 1973 (o estatuto do índio) como

primeiro habitante do Brasil, porém fora da comunhão nacional. Segundo as autoras, na Lei, o indígena é tido como “*selvagem*, pela relação de sinonímia estabelecida entre *índios* ou *silvícolas*; *tribal*, por ter costumes tribais; e juridicamente, o designou, de forma genérica, como incapaz, como se fossem um só, determinado pela ‘sua’ incapacidade” (SOARES; ZATTA, 2022, p. 104, grifo das autoras). Diante disso, a diferenciação entre os tipos de atendimento que os sujeitos podem receber nos conduz a interpretar que a notícia é produzida a partir de uma formação ideológica colonialista, pois reside no interior desse discurso uma condição que considera indígena um sujeito diferente, selvagem, aquele que se mantém habitando a selva/a reserva e que, portanto, precisa ser atendido em outro local.

Vejamos outra sequência discursiva (2):

A presidente da instituição, Mirna Brauks, diz que percebe a falta de médicos na saúde básica há pelo menos dois anos e garante que as grávidas que buscam atendimento no hospital conseguem ter acompanhamento (Figura 1, 2023).

Podemos reescrevê-la, num jogo parafrástico, como (2.a):

A instituição hospitalar de Tenente Portela, como um todo, sabe da desassistência com os Kaingangs, mas, como não pode/consegue ir até eles, tenta atender todos que chegam ao hospital

A partir desse recorte, podemos pontuar o caráter corriqueiro/natural no fato de que os Kaingangs estão desassistidos. O hospital percebe a falta de médicos na saúde básica indígena, mas não faz ações para lidar com isso, porque “é evidente que” essa é uma ação que deve ser realizada por um órgão específico do governo. Inclusive, podemos identificar novamente a reafirmação dessa regularidade nas palavras do cacique Joel Ribeiro de Freitas (Figura 1, 2023): “o problema é antigo” e a “falta de remédios é recorrente”; ambas as frases remetem à desassistência histórica que os Kaingangs do Rio Grande do Sul enfrentam.

Além disso, uma última SD (3), destacada da figura 1 que podemos problematizar diz respeito ao efeito metafórico já presente na notícia, vejamos (3):

O cacique Joel conta que foram encontradas garrafas de agrotóxicos que eram utilizadas pelos moradores para armazenamento de água.

— A água é de péssima qualidade. O pessoal puxava em garrafa de veneno — aponta (Figura 1. 2023).

Nessa sequência, podemos apontar para o deslizamento, fruto do efeito metafórico (ORLANDI, 2000), entre agrotóxico e veneno. De um lado, o termo agrotóxico, usado narrativamente pelo jornal, é definido pelo dicionário Michaelis como um “defensivo agrícola, usado para melhorar a qualidade e a produção da lavoura”, um termo que evoca uma formação discursiva ruralista, que não quer ver o lado negativo do uso desses produtos. De outro lado o termo veneno, utilizado pelo líder Kaingang, é definido pelo mesmo dicionário como “substância tóxica, natural ou preparada, capaz de alterar ou destruir as funções vitais de um organismo”. Uma palavra que produz um sentido mais agressivo/destrutivo para a natureza. Disso podemos perceber o confronto entre as formações discursivas presentes na notícia e na fala do líder Kaingang, uma sendo mais cuidadosa com o que pode ser dito, com o intuito de preservar as relações de poder com os produtores rurais da região, e o outro sendo mais descritivo quanto às consequências do uso desse tipo de substância, as quais são prejudiciais à natureza.

A sequência discursiva (4) foi recortada a partir do título da segunda notícia:

Redentora pede ao Estado a criação de ambulatório especializado em Saúde Indígena (Figura 2, 2023).

Com o emprego da paráfrase, o enunciado poderia ser reescrito, por exemplo, como (4.a):

O prefeito de Redentora pede ao representante do Estado a criação de um local exclusivo para atendimento dos indígenas

Diante da paráfrase 4.a, percebemos a mesma demarcação de espaços nos quais os sujeitos indígenas podem/devem circular. Esse exemplo nos serve para demonstrar um possível sentido que percebemos silenciado, quanto a integração dos Kaingangs à comunhão municipal. Uma outra paráfrase poderia ser (4.b):

Redentora pede ao Estado a contratação de profissionais da saúde especializados para atender somente os Kaingangs

Nesse caso, a criação seria voltada à inclusão. Segundo Orlandi (2007), o silenciamento pode ser desdobrado em quatro enunciados: esse caso não é da sua conta, esse caso não é significável, esse caso não existe e esse caso não é da minha conta. Isso nos remete a pensarmos que uma inclusão não seria um sentido desejado na formação ideológica em que se insere o jornal.

Considerações finais

Diante do que foi apresentado sobre o discurso jornalístico a respeito dos povos Kaingangs, é possível refletir sobre como funcionam as práticas discursivas na produção de notícias. Assim, identificamos que a formulação do discurso, nas condições de produção das notícias apresentadas, são delimitadas pelas formações discursivas colonialista e jornalística.

Jornalística, porque percebemos o discurso produzido a partir de uma série de efeitos de evidência institucionalizados, tais como a objetividade, a neutralidade, e a universalidade, característicos do que se compreende como valor-notícia. Embora esses conceitos tenham surgido de uma filosofia iluminista, onde o domínio da razão sobre a subjetividade levaria ao progresso, nas notícias apareceram como forma de manter certos pré-constituídos sobre os Kaingangs. Retomamos, assim, o que Mariani (2015) aponta sobre o caráter institucionalizante da imprensa. Para a autora,

como não podemos esquecer de que os jornais funcionam construindo modelos de explicação/compreensão da realidade, instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que os dominam, devemos ter claro que, ao alegar seu compromisso com a “verdade”, a imprensa finge não contribuir nas construções das evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade (MARIANI, 2015, p. 60).

Com isso, concluímos que, ao utilizar a designação indígena(s), não só a imprensa silencia outros termos e a possibilidade de outros sentidos, mas também atua na manutenção de sentidos dominantes no interdiscurso. No caso das notícias analisadas, o sentido predominante foi o tratamento dos Kaingangs como um “indígena genérico”, nos termos de Freire (2009), sendo que, mesmo visibilizando o problema sanitário vivenciado por eles, o termo indígena invisibilizou a pluralidade étnica e a diversidade de sentidos que se atrelam aos povos indígenas. Observamos que o discurso jornalístico pode estar baseado em um imaginário criado a partir de conflitos pelo

território entre colonizadores e colonizados, uma vez que o processo de colonização resultou em uma delimitação do espaço social e físico que os indígenas podem ocupar, perceptível na retórica sobre esses sujeitos.

A partir da análise do discurso jornalístico sobre os povos Kaingangs, enfatizamos a necessidade de uma reflexão constante sobre as formas como as populações indígenas são representadas nas mídias. É importante também que essa discussão seja feita a partir da perspectiva dos próprios Kaingangs, pois são eles que possuem uma compreensão mais aprofundada sobre sua cultura e sua relação com a sociedade envolvente. Posto que não há, até o momento na região, a produção de discursos jornalísticos pelos Kaingangs, apenas sobre eles, podemos indagar sobre quais são as formações discursivas que imperam no discurso jornalístico, institucionalizando sentidos a partir do discurso “sobre” e não do discurso “dos” Kaingangs.

Referências Bibliográficas

AUBERT, Nicole. HAROCHE, Claudine. Ser visível para existir: a injunção da visibilidade. *In*: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (Orgs.). *Tiraniyas da Visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas*. Tradução: Francisco de Fátima da Silva, Andrea Stahel. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013, p. 13-29.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Cinco Ideias equivocadas sobre os índios*. Dia a dia Educação, Governo do Estado do Paraná, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribamar.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. 42 indígenas morreram na terra yanomami neste ano, segundo ministério da saúde. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/42-indigenas-morreram-na-terra-yanomami-neste-ano-segundo-ministerio-da-saude.shtml>. Acesso em: 03 abr. 2023.

GRUPO CHIRU. *Redentora pede ao Estado a criação de ambulatório especializado em Saúde Indígena*. Palmitinho, RS. 18 fev. 2023. Disponível em: <https://www.grupochiru.com/noticias/redentora-pede-ao-estado-a-criacao-de-ambulatorio-especializado-em-saude-indigena>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais: ensaio de interpretação marxista*. Porto Alegre, RS: FCM Editora, 2021.

MARIANI, Bethania. O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/115379>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. *RUA*, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47–62, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: BOMFIM, Ivan *et al* (Orgs.). *Mídia e zeitgesit*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021. p.113-138.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

RDFOCO. *MPF investiga morte de seis bebês indígenas na TI Guarita*. Redentora, RS. 04 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://rdfoco.com.br/noticia/62056/mpf-investiga-morte-de-seis-bebes-indigenas-na-ti-guarita>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOARES, Neures Batista de Paula.; ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. A designação do índio nas relações integrativas de enunciados da lei 6.001/73. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 80–107, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8665483>. Acesso em: 15 mar. 2023.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

ZANOTTO, Marieli; STÜBE, Ângela D. Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa. *Revista Eletrônica Interfaces*, Guarapuava, PR, v. 13, n.3, p. 1-15 2022. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7215. Acesso em: 13 mar. 2023.

Submetido em 15/04/2023

Aceito em 24/05/2023